

Título Original: *Hitler's Germany*

Copyright © 1999 by Roderick Stackelberg

Todos os direitos reservados.

Tradução da língua inglesa da edição publicada
por Routledge, um membro do Taylor & Frances Group

Capa:

Judith Adler Levacov

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, R.J.

S773a Stackelberg, Roderick

A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados / Roderick Stackelberg;
tradução de A. B. Pinheiro de Lemos. — Rio de Janeiro: Imago Ed., 2002.
412 pp.

Tradução de: *Hitler's Germany*
ISBN 85-312-0749-5

1. Alemanha — História — 1933-1945. 2. Nazismo — Filosofia.
3. Hitler, Adolf, 1889-1945. 4. Holocausto judeu (1939-1945). 5. Política cultural —
Alemanha — 1933-1945. I. Título.

01-0234.

CDD — 943.086

CDU — 943*1933/1945*

Reservados todos os direitos. Nenhuma
parte desta obra poderá ser reproduzida
por fotocópia, microfilme, processo foto-
mecânico ou eletrônico sem permissão
expressa da Editora.

2002

IMAGO EDITORA

Tel.: (21) 2242-0627 — Fax: (21) 2224-8359

Rua da Quitanda, 52/8º andar — Centro

20011-030 — Rio de Janeiro — RJ

E-mail: imago@imagoeditora.com.br

www.imagoeditora.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

3 O Império Alemão

A repressão da democracia, imperialismo social e a estrada para a guerra

O império fundado sob a liderança de Bismarck, que durou quarenta e sete anos, desmoronou ao final da primeira das duas grandes guerras mundiais do século XX. O Kaiser foi obrigado a abdicar em novembro de 1918, encerrando uma guerra em grande parte resultado da expansão imperial exagerada. Mas o imperialismo alemão se encontrava longe de estar liquidado, apesar da derrota na Guerra de 1914-18. Seria preciso outra guerra mundial para acabar com as ambições imperiais da Alemanha.

Os historiadores continuam a debater o grau de continuidade entre os objetivos alemães nas duas grandes guerras. É claro que a Alemanha lutou na Segunda Guerra Mundial sob uma liderança muito mais radical e belicosa do que na primeira. Contudo, de uma perspectiva a longo prazo, as duas guerras mundiais fazem parte de uma campanha de trinta anos, em que a Alemanha procurou reforçar seu predomínio na Europa e adquirir a posição de potência mundial.¹ Quais foram as fontes da agressividade alemã no século XX? Por que uma Alemanha unificada gerou tanto ímpeto expansionista? Como a permanência de Bismarck no posto de chanceler alemão, durante vinte anos, contribuiu para esse processo?

A política externa de Bismarck

Não foi no setor da política externa que Bismarck abriu o caminho para o expansionismo alemão. Depois que a unificação foi alcançada, Bis-

marck renunciou a qualquer expansão adicional na Europa, para não pôr em risco a sobrevivência do Reich recém-fundado. Suas alianças militares com a Áustria-Hungria e a Rússia visavam apenas manter o novo equilíbrio de poder no continente, impedindo que a França recuperasse seu predomínio anterior. Com toda certeza, seu emprego bem-sucedido da força, nas lutas da unificação, parecia confirmar o axioma de que “o poder torna tudo certo”. As esplêndidas vitórias pareciam validar a legitimidade do uso do poder na busca dos interesses próprios. Mas a *Realpolitik* de Bismarck, apesar de todas as suas cínicas maquinações, dava maior importância à avaliação realista do poder nacional e à responsabilidade dos estadistas pelas conseqüências de seus atos. Segundo os princípios da *Realpolitik*, as políticas devem ser julgadas por seus resultados, não pelas intenções, por mais louváveis que estas possam ser. O realismo e a cautela bismarckiana foram justamente as qualidades de que a diplomacia alemã carecia nos eventos que levaram às duas guerras mundiais.

A política interna de Bismarck

Mas não se pode dizer que Bismarck não teve qualquer responsabilidade pelo fracasso da diplomacia alemã depois de seu afastamento do cargo de chanceler alemão, em 1890. Ironicamente, foi sua política interna que mais contribuiu para os defeitos estruturais e a eventual crise política do regime. O trabalho de sua vida era dedicado à preservação do sistema monárquico prussiano. Ele se opunha não apenas às iniciativas liberais para o governo parlamentar, mas também ao federalismo dos “direitos dos estados”, defendido pelo recém-criado Partido do Centro Católico.

O alvo de seu ataque ao catolicismo político na década de 1870 (o que se chamou de *Kulturkampf*) não foi a doutrina da Igreja, mas sim as forças separatistas que supostamente ameaçavam a unidade do jovem Reich e o domínio da Prússia. Depois que o Partido do Centro demonstrou sua lealdade à Coroa, Bismarck encerrou a luta, que para alguns ideólogos (mas não para Bismarck) se tornara uma cruzada anticlerical. Garantido pela autonomia da Igreja, o Partido do Centro se tornaria um partidário confiável dos interesses monárquicos nas décadas subseqüentes.

Repressão do Partido Democrático Social

A maior ameaça às instituições monárquicas tradicionais não partia do Partido Liberal Nacional ou do Centro Católico, que foram mais ou menos assimilados no sistema imperial, mas sim da nascente Democracia Social. Fundado em 1875, o Partido Democrático Social (SPD) representava os interesses do crescente número de trabalhadores industriais na Alemanha. O SPD se tornaria a maior força pela democratização na Alemanha, até ser fechado pelos nazistas em 1933. Revolucionário na retórica, especialmente depois da adoção formal da análise social marxista em seu programa, em 1891, mas em grande parte reformista na prática, o SPD propunha uma economia socialista, através de meios democráticos e parlamentares. O SPD proclamava seu compromisso com a propriedade pública dos meios de produção, mas seu objetivo imediato era uma forma mais democrática de governo, através da qual os interesses dos trabalhadores pudessem ser promovidos de uma maneira mais eficaz.

A reação de Bismarck ao desafio do SPD foi a repressão. Em 1878, usando duas tentativas de assassinato contra o Kaiser como um pretexto para a ação, Bismarck conseguiu a aprovação de uma maioria de liberais nacionais no Reichstag para medidas restritivas das atividades de organização e divulgação do SPD. Essa violação das liberdades civis, somada à campanha do governo por tarifas protetoras, em benefício da agricultura em larga escala e da indústria, à custa dos consumidores alemães, enfraqueceu ainda mais a ala progressista do movimento liberal na Alemanha. Bismarck tornou a confrontar os liberais alemães por meio de uma opção que testava o compromisso deles com os princípios liberais. Os liberais defenderiam o direito à dissidência política e se oporiam à legislação anti-socialista de Bismarck? Uma maioria dos liberais alemães renunciou aos seus princípios, com medo do movimento trabalhista.

Essa renúncia aos princípios liberais tem sido citada por alguns historiadores como a prova da “feudalização” da classe média no Império Alemão.² É uma questão discutível se os membros da burguesia adotaram ou imitaram os valores e comportamentos culturais aristocráticos, submetendo-se à liderança política da aristocracia. Outros historiadores insistem que a noção de “feudalização” distorce a autoconfiança com que a burguesia defendia seus interesses. Alegam que a “burguesificação” da nobreza é uma descrição mais acurada do alinhamento da

classe média com os interesses aristocráticos.³ Mas ninguém contesta que houve esse alinhamento. As elites econômicas burguesas e seus representantes no Partido Liberal Nacional juntaram-se aos conservadores da elite em defesa do regime autocrático. Essa convergência de interesses também ocorreu em outros países, no final do século XIX. Na Alemanha, a aliança entre a grande indústria e a agricultura ajudou a manter o *status quo* político. A base econômica para essa aliança do “centeo com o aço” estava no interesse mútuo dos industriais e latifundiários de excluir a concorrência externa do mercado interno, através de tarifas elevadas. As classes abastadas partilhavam também um objetivo político comum: a prevenção da democracia popular.

Industrialização alemã

A repressão da democracia, sob a liderança de Bismarck, reforçou a crescente assimetria entre o desenvolvimento econômico e político da Alemanha. Depois que foram estabelecidas as condições para a decolagem industrial, com a unificação e a liberalização da economia, a Alemanha usufruiu uma expansão econômica num ritmo que só ficou atrás daquela que se registrou nos Estados Unidos. A Alemanha superou a Inglaterra na produção de ferro e aço, e se tornou a líder mundial na fabricação e exportação de produtos químicos e elétricos. “Made in Germany” tornou-se uma insígnia universalmente reconhecida de tecnologia avançada e alta qualidade.

A indústria alemã tornou-se poderosa através da ajuda ativa e do estímulo do governo, que se envolveu diretamente em numerosos setores da economia e proporcionou apoio político para a típica forma alemã de organização dos negócios, o cartel. Através da formação de cartéis, as empresas na mesma linha de produção ou comércio cooperavam entre si, fixando preços, determinando níveis de produção, e designando quotas do mercado. A forma alemã de capitalismo patrocinado pelo estado pode ter favorecido as grandes empresas, mas foi indubitavelmente eficaz e produtiva. Apesar do dinamismo de sua economia, no entanto, o desenvolvimento político da Alemanha permanecia essencialmente paralisado num estágio pré-democrático. Embora se tornando um gigante econômico, a Alemanha continuou a ser, da perspectiva democrática ocidental, um anão político.

A rapidez da expansão industrial, paradoxalmente, pode ter ajudado a impedir o ascenso da democracia liberal, pois criou as condições que esvaziavam a promessa liberal de oportunidades iguais para todas as pessoas, que poderiam assim alcançar seu desenvolvimento pessoal perfeito. A industrialização levou ao crescimento de uma classe trabalhadora industrial cada vez mais irrequieta e urbanizada. Era a base para o crescente movimento sindical e o SPD. O típico operário industrial na Europa Central, na passagem do século, não podia acalentar a esperança, mesmo depois de uma vida inteira de trabalho, de ter casa própria ou acumular riqueza suficiente para se tornar um membro da classe média. A crescente distância entre o ideal liberal do indivíduo autônomo e as realidades sociais da concentração e desigualdade econômica, a pobreza urbana, as crises econômicas recorrentes, e os conflitos de classe, faziam com que a ideologia liberal parecesse cada vez mais irrelevante para os problemas sociais da era industrial. Nessas circunstâncias, o socialismo atraía sempre mais os operários. A maioria achava que tinha mais chance de melhorar sua vida na solidariedade de classe do que na tentativa de subir sozinho para se integrar na classe média. De qualquer forma, o etos individualista do liberalismo era fraco na Alemanha, por razões históricas descritas no capítulo anterior. A natureza e a forma da industrialização na Alemanha fortaleceram o movimento pela democracia social, o que por sua vez acarretou a repressão do governo, limitando ainda mais as possibilidades de uma reforma liberalizante. As forças sociais em ação na Alemanha, ao final do século XIX, produziam uma polarização maior do que em outros países europeus, funcionando contra uma evolução pacífica para a democracia.

O ritmo do desenvolvimento industrial alemão intensificou a ameaça ao monarquismo tradicional, criando pressões crescentes para a democratização. O atraso na unificação alemã significou também que a industrialização na Alemanha coincidiu com a maturidade da doutrina marxista. Isso contribuiu para que o movimento trabalhista alemão se tornasse um inimigo mais assustador e formidável do sistema existente do que ocorrera num estágio paralelo de industrialização na Inglaterra, décadas antes. Para as elites, a questão social primária era como integrar os operários na ordem social existente, sem transferir qualquer poder aos sindicatos ou ao SPD. Várias estratégias foram aventadas para se alcançar esse objetivo (refletindo em parte as diferenças entre as elites). À medida que o movimento trabalhista cresceu em números, no entanto, a repressão tornou-se menos viável e foi dando lugar a estratégias di-

versas de integração, inclusive a demagogia e uma política externa aventureira, destinada a unificar todas as classes num propósito nacional comum.

Ao final da década de 1880, estava se tornando evidente que as leis anti-socialistas de Bismarck não conseguiam mais realizar seu objetivo de reprimir o movimento trabalhista. Apesar das restrições legais às atividades do partido, os candidatos democráticos sociais recebiam uma proporção de votos cada vez maior nas eleições trienais para o Reichstag. Nem mesmo o inovador seguro de saúde e contra acidentes, patrocinado pelo estado, e os programas de pensão na velhice, introduzidos por Bismarck na década de 1880, alcançaram os efeitos desejados de enfraquecer a fidelidade dos operários ao socialismo e de reduzir a votação nos candidatos democráticos sociais. O patente fracasso da política de repressão de Bismarck levou a uma crescente resistência à renovação da legislação anti-socialista no Reichstag. Muitos deputados temiam que obrigar o SPD a se tornar clandestino só serviria para fortalecer o movimento, tornando ainda mais difícil a vigilância e o controle.

Guilherme II e o “Novo Curso”

A discórdia sobre a maneira de tratar o movimento dos operários foi um fator fundamental na renúncia de Bismarck em 1890. Enquanto o idoso chanceler cogitava a mudança na constituição para eliminar o sufrágio masculino universal e enfraquecer ainda mais o Reichstag, o jovem Kaiser Guilherme II, que subira ao trono em 1888, procurava descartar a imagem repressiva do regime. Ele preferia desenvolver a posição anterior de Bismarck, de tratar a “questão social” de uma forma paternalista, superando assim a aversão do operário. Sua ambição era a de se tornar um *Völkaiser*, um imperador popular, cuja preocupação com seu povo garantiria a lealdade à coroa. Esperava que os operários fossem conquistados para o sistema monárquico pela melhora da legislação trabalhista e pela revogação das restrições ao SPD.

A estratégia conciliatória de Guilherme, conhecida como “Novo Curso”, estava de qualquer forma condenada ao fracasso, porque ele não se sentia mais disposto do que Bismarck, em última análise, a fazer concessões concretas à democracia ou à autodeterminação dos trabalhadores. Seja como for, a oposição da elite prussiana dos Junkers interrompeu a iniciativa reformista do sucessor de Bismarck, Leo von Ca-

privi, em 1894. Sob pressão dos conservadores, o governo reverteu a uma posição mais inflexível em relação à democracia social e ao liberalismo. A técnica bismarckiana de “integração negativa”, pela qual uma maioria “leal” era mobilizada contra uma minoria de supostos “inimigos do Reich”, a fim de criar uma união maior, foi ressuscitada.⁴ Ao final da década, como o apoio eleitoral ao SPD continuava a crescer, o Kaiser Guilherme referia-se aos líderes do partido ressuscitado como traidores da pátria.

Weltpolitik

As políticas adotadas durante o reinado de Guilherme foram, em última análise, mais perniciosas que as políticas de Bismarck, porque vinculavam o repúdio ao liberalismo e à democracia social a uma política externa mais dinâmica e agressiva, cujos objetivos concretos nunca foram totalmente claros ou coerentes. Renunciando à concepção mais estática do equilíbrio do poder de Bismarck, a *Weltpolitik* (“política do mundo”) guilhermina procurava a consolidação do predomínio alemão no continente, a conquista de colônias na África e Ásia, e a consecução da paridade com a Inglaterra como uma potência mundial. A *Weltpolitik* promoveu uma grande escalada na corrida armamentista, aumentando o perigo de uma guerra. A inépcia da diplomacia alemã, em parte como uma decorrência das intervenções pessoais de Guilherme, contribuiu para a instabilidade na Europa, à medida que os oponentes potenciais da Alemanha tentavam adivinhar seus propósitos e intenções.

“Imperialismo Social”

Se os objetivos diplomáticos alemães já eram muitas vezes duvidosos e imprevisíveis, durante a era guilhermina, em decorrência de divergências na burocracia governante e de mudanças nas circunstâncias internacionais, também estavam sujeitos a crescentes pressões internas por políticas imperialistas mais vigorosas. As políticas externas agressivas são úteis como um meio de promover a união interna: quando uma nação se defronta com um desafio ou ameaça externa, o primeiro imperativo para o povo é se unir em torno da bandeira. Uma política externa militante pode aliviar de maneira eficaz as exigências de reforma inter-

na. Quando estão em jogo o interesse ou a segurança nacional, a agitação por uma distribuição mais eqüitativa do poder, propriedade ou riqueza pode parecer deliberadamente dispersiva, equivalente à traição. A doutrina da segurança nacional é uma poderosa força integradora.

A busca da Alemanha por “um lugar ao sol”, o eufemismo criado pelo ministro do Exterior (e mais tarde chanceler) Bernhard von Bülow, em 1898, para a aquisição de um império colonial, foi concebido em parte como um estratagema para desviar a energia popular da reforma interna e concentrá-la na expansão por outros mares. Era sem dúvida uma política que tinha grande apoio popular na classe média. O imperialismo trazia a promessa de enriquecimento nacional e despojos, o que aumentaria o padrão de vida das classes inferiores e reduziria os conflitos pela distribuição da riqueza e propriedade. Podia assim servir como um meio conveniente de exportar o “problema social” para a área externa. O imperialismo social, como um meio de desarmar as pressões populares por mais benefícios materiais e direitos políticos, não se limitou à Alemanha, é claro. Mas na Alemanha encontramos uma versão intensificada dos processos sociais e políticos característicos da Era do Imperialismo na Europa. A *Weltpolitik* serviu de maneira bastante eficaz à campanha para atrelar as forças populares aos interesses monárquicos. Ao final da década de 1890, os líderes alemães falavam abertamente da necessidade de uma *Sammlungspolitik*, uma política para reunir os grupos de interesses diversos num movimento nacional coerente para proter o desafio democrático.⁵

Nacionalismo radical

Seria simplista, no entanto, considerar a expansão do nacionalismo e do apoio popular ao imperialismo e militarismo, na década de 1890, como o resultado exclusivo de manipulação pela elite dominante. As conseqüências sociais e econômicas da industrialização continuada criaram pressões populares para uma democracia maior, ao mesmo tempo que geravam também reações populares contra essas pressões. A insatisfação dos trabalhadores acarretava um crescimento rápido e incessante do SPD. Entre outras classes e grupos econômicos, no entanto, os ressentimentos econômicos eram muitas vezes expressos no clamor pela união e pela expansão nacional. Além dos trabalhadores não-especializados ou não-sindicalizados, eram os grupos sociais tradicionais, es-

pecialmente o *Mittelstand* dos artesãos autônomos, pequenos comerciantes, e lavradores independentes, que experimentavam de maneira mais adversa os transtornos provocados pela industrialização, urbanização, concentração econômica e oscilações cíclicas da economia.

A sobrevivência desses grupos sociais “pré-industriais”, em números desproporcionais, um resultado do atraso e rapidez da industrialização alemã, criou uma configuração sociológica bastante instável na Alemanha, ao final do século XIX e início do século XX. Espremidos entre as grandes empresas e um crescente movimento trabalhista, esses grupos de classe média inferior constituíam um reservatório de descontentamento econômico disseminado, que podia ser prontamente mobilizado para propósitos políticos. O descontentamento do *Mittelstand*, no entanto, com frequência servia para fortalecer o conservadorismo social e o nacionalismo, em vez de liberalismo ou democracia. Afinal, o capitalismo do *laissez-faire* associado com o liberalismo deixava os comerciantes independentes e os pequenos produtores desprotegidos contra a concorrência das grandes fábricas, enquanto a democracia social parecia oferecer à classe média inferior apenas a perspectiva de proletarianização e o nivelamento de propriedade, renda e posição.

A década de 1890, portanto, destaca-se como um período de transição crucial, com a diplomacia bismarckiana dando lugar às ilusões guilherminas do poder mundial alemão, em meio às tensões de um conflito social cada vez mais polarizado. Foi uma década em que grandes segmentos da classe trabalhadora industrial organizavam-se em sindicatos e aderiam ao SPD, enquanto segmentos ainda maiores das classes médias juntavam-se aos grupos de pressão da direita, que exerciam uma crescente influência sobre a orientação política. A Liga Agrária, dominada pelos latifundiários aristocráticos, mobilizava camponeses contra o liberalismo econômico e a democracia social. A Liga Colonial defendia a expansão para outros continentes, enquanto a Liga Naval pregava o apoio ao programa de construção naval do governo e à corrida armamentista com a Inglaterra.⁶ A Liga Pan-Germânica, com objetivos anti-democráticos, anti-semitas e imperialistas, pressagiava o programa nazista.⁷ Crescentes tendências demagógicas nos principais partidos políticos também refletiam essas pressões populares. O venerável Partido Conservador, pilar do estabelecimento monárquico, procurava desviar o desafio dos partidos radicais contra os judeus com a adoção de disposições anti-semitas em seu programa de 1892. O Partido do Centro também reagia a pressões de seus partidários com uma grande diversifi-

cação social, oferecendo uma plataforma de mobilização contra a esquerda.⁹

A percebida ameaça do SPD promovia o crescimento de uma “oposição nacional” da direita, que criticava a monarquia por não impor medidas bastante rigorosas para reprimir as tendências democratizantes. Nas décadas de 1890 e 1900, os extremistas nacionalistas recordavam com nostalgia as táticas repressoras de Bismarck. Na crescente extremidade da direita, o governo era cada vez mais percebido como demasiadamente fraco para resolver a “questão social” e conter a ameaça democrática. Os líderes governamentais que assumiram o lugar de Bismarck não tinham uma tarefa fácil na mediação das tensões e conflitos na sociedade alemã, ao mesmo tempo em que se mantinham firmes contra a democracia. Sem dúvida alguma, o que parece ser pura incompetência política, na era pós-Bismarck, pode ser atribuído aos problemas extraordinários enfrentados por um governo empenhado em manter o *status quo* social e político, numa época de mudanças aceleradas. A crescente polarização da sociedade alemã produziu na política uma crise que o governo, em última análise, foi incapaz de resolver.

As origens da Primeira Guerra Mundial

É uma das ironias da história que o pesadelo de Bismarck, de a Alemanha ter de enfrentar uma coalizão hostil de potências européias, tenha se tornado realidade apenas uma geração depois de sua saída do cenário diplomático. Mas as restrições que ele impôs à evolução de uma constituição democrática e um governo parlamentar na Alemanha ajudaram a abalar o sistema de aliança defensiva que construíra com tanto cuidado, a fim de evitar o isolamento alemão. A campanha contra a democracia criou um ímpeto próprio, levando à crescente militarização da política alemã. A *Weltpolitik* e o programa alemão de construção naval levaram a Inglaterra a formar a *entente cordiale* com a França em 1904 e a juntar a França e a Rússia na Tripla Entente, em 1907. As toscas tentativas da liderança alemã de promover uma separação entre a França e seus aliados, por meio de ameaças militares, nas crises diplomáticas que precederam a Primeira Guerra Mundial, serviram apenas para consolidar a aliança contra a Alemanha.

Seria um erro, é claro, apresentar a Alemanha como a responsável exclusiva pela deflagração da Primeira Guerra de 1914-18. Todos os

participantes devem partilhar a culpa pelo fracasso em evitar a guerra. Em todos os países, o medo do “regime das massas” e da ameaça percebida à propriedade contribuiu para o imperialismo, num grau maior ou menor. A crise de confiança nos valores liberais e o conflito social resultante da contínua industrialização não se confinaram à Alemanha. Nem os alemães foram os únicos que adotaram a noção social darwinista de que a vida é uma luta incessante entre indivíduos, nações e raças. A experiência alemã não foi exclusiva, sendo mais uma versão intensificada do que ocorreu também no resto da Europa. A Alemanha oferece um exemplo extraordinário de uma reação nacionalista extremada a pressões internas para a reforma. A constituição alemã demonstrou ser muito rígida e arcaica para possibilitar uma solução pacífica da crise social. Em nenhum país da Europa Ocidental a resistência à democracia levou a uma política externa tão agressiva.⁹

Amilitarização da política alemã foi um processo complexo e dialético, é claro; não somente uma reação de reflexo à democracia. Nacionalismo, imperialismo e militarismo desenvolveram seu próprio impulso. A diplomacia sempre reage a ameaças externas, não apenas a estímulos internos. As percepções mudam as condições que as originaram, criando novas realidades e gerando mais percepções equivocadas. Muitos líderes alemães convenceram-se do perigo do cerco estrangeiro, mesmo que fosse uma consequência das ações da própria Alemanha; ou, como alguns estudiosos têm insistido, uma fantasia da paranóia alemã; ou uma projeção das ambições excessivas da Alemanha.¹⁰ A Alemanha pode ter enfrentando inimigos de fato, mas sua ambição e sua belicosidade estavam enraizadas em problemas internos, por mais que essas raízes tenham sido obscurecidas pela retórica nacionalista, ou por mais invisíveis que possam ser para observadores que focalizam apenas os conflitos diplomáticos.

A “primazia da política externa”, o princípio de que os assuntos externos devem ter prioridade sobre as preocupações internas, permitiu que os conservadores suprimissem as liberdades civis e evitassem as reformas sociais, sob a alegação de que punham em risco a segurança do estado. Em retrospectiva, não parece mera coincidência que a guerra tenha irrompido apenas dois anos depois que o SPD, que descartara sua imagem revolucionária e defendia a mudança democrática, se tornara o maior partido nas eleições para o Reichstag em 1912. Para as elites alemãs e os grandes segmentos da população que aceitavam o consenso oficial, uma guerra curta e vitoriosa seria a fórmula ideal para curar as

divisões sociais da nação e arrefecer o clamor por mudanças democráticas. A guerra poderia proporcionar um argumento irrefutável por união, ordem, disciplina e autoridade hierárquica. A vitória consolidaria o predomínio alemão na Europa e reforçaria o sistema que prevalecia na Alemanha.

Muitos líderes alemães, inclusive oficiais de altas patentes, achavam que estava se esgotando o tempo para a Alemanha realizar suas ambições. Se a guerra era necessária para a nação sobreviver em seu estado atual, seria melhor lutar mais cedo do que adiar até que os inimigos da Alemanha, em particular a Rússia, com seus enormes recursos potenciais, se tornassem muito fortes. A guerra oferecia uma saída tanto para o cerco hostil quanto para a crise interna. Havia riscos, é verdade, mas o prêmio no final — a estabilização do regime monárquico — fazia com que o jogo valesse a pena.

A convicção de que a guerra fortaleceria o regime orientou as ações dos líderes alemães nos dias fatídicos que se seguiram ao assassinato do herdeiro do trono austríaco por nacionalistas sérvios, em junho de 1914. Plenamente conscientes de que suas atitudes poderiam precipitar uma guerra européia, os líderes da Alemanha encorajaram a Áustria a aproveitar a oportunidade para destruir a ameaça sérvia. Predisposta a favorecer a aplicação da força, a liderança alemã rejeitou uma solução pacífica para a crise, a não ser que fosse em seus próprios termos.¹¹

Superestimando a capacidade militar alemã, os líderes da Alemanha tornaram-se vítimas de suas próprias ilusões sobre o poderio do país. Amplos setores do público alemão partilhavam essas ilusões. Visando compreender as razões para isso, precisamos examinar mais a fundo a ideologia alemã.